



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9766 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT04 - Didática

TRABALHO DOCENTE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ABORDAGENS NA LITERATURA ESPECIALIZADA

Heldina Pereira Pinto Fagundes - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Berta Leni Costa Cardoso - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE BAHIA

**TRABALHO DOCENTE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ABORDAGENS NA LITERATURA ESPECIALIZADA**

RESUMO:

Esta pesquisa analisa a relação entre trabalho docente e educação em direitos humanos no contexto da educação infantil a partir da vigência das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, de 2012. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva que se utiliza da análise crítica sócio-histórica, alinhada aos pressupostos teóricos do materialismo histórico e dialético. Por meio da seleção de artigos de periódicos científicos, publicados em bases de dados indexadas, a partir de 2013, que explicitam as implicações da inserção da temática em estudo, realizamos a descrição das metodologias, experiências e práticas, que refletem essa conexão.

Palavras-chave: Trabalho docente; Educação em direitos humanos; Educação infantil.

Introdução

Os Direitos humanos se referem a um conjunto de garantias e valores democráticos de liberdade, de justiça, de igualdade, de solidariedade, de cooperação, de tolerância e paz (BENEVIDES, 2007). Estabelecidos pelo Estado e/ou por organizações supranacionais, com o objetivo de assegurar que todos os seres humanos sejam respeitados em sua dignidade, são considerados fundamentais para que os seres humanos possam viver com menos temor e com mais proteção contra ações de governos ou de grupos que violam esses princípios.

Sua inserção no sistema educativo é considerada uma conquista, que impulsiona à reinvenção da educação. Conforme as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, 2012 (DNEDH), no âmbito da educação formal, as instituições escolares são espaços de todas as crianças, considerando, especialmente, as questões de raça/etnia,

gênero, religião, sexo, origem, classe, diversidade sexual, entre outras. Todas elas têm o direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação, ou seja, todas as crianças são sujeitos de direitos, a começar pelo próprio direito à educação, à arte, à cultura, etc. (BRASIL, 1990).

Após nove anos de vigência dessa política curricular, buscamos analisar o modo como tem sido abordada a relação entre trabalho docente e educação em direitos humanos no contexto da educação infantil, em artigos publicados em periódicos científicos, a partir da vigência das DNEH, de 2012.

Trabalho docente e educação em direitos humanos na educação infantil

A inserção dos direitos humanos nas práticas curriculares da educação infantil pode ser o melhor caminho para fazer essa discussão avançar a partir das crianças pequenas, pois, ainda, há muita resistência, por parte dos adultos, na aceitação dessa temática. Assim, é importante, desde cedo, que as crianças cresçam aprendendo a construir sua identidade e subjetividade numa cultura de respeito ao “outro”, compreendendo que todos os seres humanos têm direitos que lhes garantem transitar na sociedade, aprendendo a enfrentar situações de violência simbólica e ou real, remanescentes de processos históricos de opressão que têm sido preservados na perspectiva da colonialidade, presente na cultura e/ou reproduzida sob a forma de discriminação e racismo, por exemplo.

[...] educação sempre se inicia na infância. É dessa etapa educacional que as iniciações sociais e públicas operam pela primeira vez. [...] A luta por uma vida não fascista, ela começa na infância ou não começa. A questão que está posta para nós na contemporaneidade é: haverá uma educação após pandemia? Qual será ela? Se sim, se houver alguma educação pós-pandemia, certamente, ela começará na educação infantil.

A questão que se impõe é: qual educação será necessária emergir, inventar e produzir, após tal emergência sanitária, ecológica, econômica, política, social, produzida pelo Corona Vírus, chamado de Covid 19? Quais questões ético-políticas estão colocadas para a educação infantil, após tal crise? (ABRAMOWICZ, 2021).

O trabalho docente, como “um saber fazer para além da técnica” (CRUZ, 2007, p. 202), é um dos pilares dessa luta na construção de uma vida não fascista. E a EDH é o fio do trabalho docente na tessitura de uma educação pós-pandemia, compreendendo, entretanto, que a prática pedagógica sozinha não dá conta de trabalhar todas as dimensões dessa temática no âmbito das instituições de educação infantil.

É necessário inserir os conteúdos da EDH nas diversas vivências, que incluem o educar, o brincar e o cuidado com as crianças. Mas, também, na dos professores em atividades da gestão da escola, na construção da proposta político-pedagógicas, enfim nas ações e interações que envolvem a relação entre as famílias e a comunidade, etc. (OLIVEIRA et. al, 2008).

A categoria “trabalho docente” abarca tanto os sujeitos nas suas complexas definição, experiência e identidade, quanto as condições em que as atividades são realizadas no contexto escolar. Compreende, portanto, as atividades, responsabilidades e relações que se realizam na escola, para além da regência de classe (DUARTE, 2010, p. 104).

Essa noção de trabalho docente se articula organicamente com a visão da EDH como um processo que se volta para a propagação de atitudes e conhecimentos ancorados na defesa da igualdade, da decolonialidade e da visão contra hegemônica. Nesse sentido, ela também tem o compromisso de promover e fomentar normas, leis e valores que amparam os direitos humanos.

É uma compreensão necessária, principalmente em momentos de crise como a que estamos vivenciando, no Brasil e no mundo, não apenas pelo acirramento das desigualdades próprias do processo de exploração neoliberal, como, também, pelos desdobramentos da crise sanitária do Corona Vírus, que já ceifou a vida de mais de 500 mil pessoas, apenas no Brasil, de março de 2020 a meados de junho de 2021, aumentando também as iniquidades, que historicamente caracterizam o desprezo das elites exclusivistas pelo direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, dentre outros, de crianças, jovens e adultos pertencentes aos grupos marginalizados socialmente.

A educação infantil, após essa crise, poderá contribuir de forma mais efetiva à medida que se nutrir dos princípios defendidos no bojo das lutas dos movimentos sociais pelo direito à educação das crianças, tendo como referência documentos nacionais e internacionais que preconizam a compreensão da infância e da criança como sujeito de direitos, implicados na construção social, cultural e histórica da realidade. Conforme salienta Kuhlmann Júnior (2004, p. 31) “[...] é preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras de história”. De uma história em devenir, que está acontecendo diante dos pequenos olhos alertas, atendidas de zero a 5 anos, em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos e 11 meses).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, que se utiliza da análise crítica, numa aproximação com a perspectiva hermenêutico-dialética (MINAYO, 2002). Dessa forma, busca explicitar, nas discussões predominantes, as interfaces entre as temáticas, especificamente, as metodologias, experiências, rotinas, práticas e a participação em ações no âmbito da escola, que refletem a conexão entre educação em direitos humanos e educação infantil no trabalho docente.

Os dados são obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, através da seleção de artigos acadêmicos, publicados em periódicos indexados, a partir de 2013, no ano seguinte à aprovação das mencionadas DNEDH.

Parte da análise individual de cada artigo, explicitando as relações, sem o estabelecimento de categorias a priori, para reunir as informações, de modo a perceber suas interpenetrações, numa visão de totalidade, respeitando o contexto da pesquisa. “Assim, a hermenêutica assume que esse leitor é um elaborador ativo que busca entender o texto como parte de um todo maior, ou seja, em seu contexto histórico e em suas implicações para aquele momento e para o futuro” (AZEVEDO, 2004, p.130).

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. Professor/a da educação infantil no contexto atual. **Youtube**. 17 de março de 2021.IV Colóquio Docência e Diversidade na Educação Básica: profissõa docente em questão, de 17 a 19 de março de 2021 – Uneb

AZEVEDO, Marco Antônio. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.9 n.2, p. 122-133, jul./dez. 2004.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013.

CRUZ, Giseli Barreto. A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares. **Educar**, Curitiba, n. 29, p. 191-205, 2007. Editora UFPR.

DUARTE, Adriana. A produção acadêmica sobre trabalho docente na educação básica no Brasil: 1987-2007. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 101-117, 2010. Editora UFPR.

FONSECA, Maré Musso. Reflexão sobre a Declaração e Plano de Ação de Viena elaborados na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, 1993. Vitória, 2016. 23 a 25/05/2016, UFES, FDV, UVV. Vitória (ES).

KUHLMANN JR, Moysés, FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *A infância e sua educação materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana; AUGUSTO, Maria Helena; MELO, Savana. Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 221-236, jan./abr. 2008.